

2. BIBLIOGRAFIA COMENTADA

POR: Karine Maria Antunes

Esta resenha comenta sobre a temática da construção do Projeto Político Pedagógico englobando um livro, uma dissertação de mestrado e alguns artigos publicados.

INTRODUÇÃO

É importante ressaltar que o Projeto Político Pedagógico, apesar de ser palavra corrente nos debates nas salas de aula da pedagogia, ainda é uma temática recente tanto no interior das escolas, como na literatura acadêmica.

No Brasil, este debate é fruto de reivindicações de mais de duas décadas entre educadores que vêem a escola como um espaço de construção de autonomia. Para nós, estudantes, este debate é recente e carece ainda de muito estudo e pesquisa que nos auxilie a entender a escola, percebendo seus limites e possibilidades na discussão e elaboração do PPP. Assim poderemos construir estratégias de ação efetiva de intervenção na estrutura escolar, com vistas a transformá-la, colocando-a a serviço da maioria da população.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, ele deverá explicitar:

“As disposições e organização das atividades escolares, abrangendo, entre outros aspectos, os correspondentes ao calendário escolar e ao currículo: os conteúdos programáticos e as formas de aprendizagem, os processos de avaliação, promoção, reprovação, recuperação, todo o regime escolar, quer das atividades, em geral, quer das ações didático-pedagógicas a serem desenvolvidas durante o ano escolar, seja, ainda, dos procedimentos para o atendimento de condições especiais de seus alunos”. (LBD 9394/96, Art.4º)

Cada escola constituirá seu Conselho Deliberativo Escolar, que terá por finalidade aprovar e fiscalizar os procedimentos para o andamento do PPP.

Uma vez que se instaure na escola espaços de reflexão sobre sua prática, elaboração e registro das diretrizes pedagógicas, estão dadas as condições para as mudanças necessárias, para se rever a prática já estabelecida, para construção de uma escola democrática, que tenha por princípio o respeito à criança e a garantia da Infância na escola. O PPP explicitará a sua concepção filosófica, retratando a visão de educação, de ser humano e de sociedade, sua organização administrativa e de ensino, os procedimentos pedagógicos, o processo de avaliação, o calendário letivo e como se dará a capacitação docente continuada; fazendo-o com a contribuição das famílias, do corpo docente e técnico-administrativo da escola.

Neste texto apresentamos a bibliografia comentada de uma dissertação de mestrado, alguns artigos extraídos de periódicos da área, e de um livro, coletânea de artigos, que discorrem sobre a relevância, formas e possíveis consequências da implantação do processo de elaboração do PPP da instituição.

BIBLIOGRAFIA COMENTADA

LIVRO: VEIGA, Ilma Passos.(org.) *Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível.* Campinas, SP: Papirus, 1995 – (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

Composto por oito artigos e oito autores/as, este livro traz temas como: construção coletiva do projeto pedagógico, gestão na escola, relações de poder, autonomia, princípios básicos de planejamento participativo, relações ensino-aprendizagem e organização dos educadores. Defendem a idéia da organização do trabalho pedagógico por meio da constituição de um projeto político pedagógico, fruto da reflexão permanente acerca dos problemas da escola, buscando alternativas à efetivação de seu objetivo: “construção de um processo democrático de decisões que visa eliminaras relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola”.

Para VEIGA, o PPP deve “basear-se naquilo que a escola possui de particular, levando em conta seus limites, recursos materiais e humanos, enfim, sua história”, para que se tenha clareza na identificação das necessidades que possui, visando superá-las. No que diz respeito à escola, “é preciso que as decisões institucionais partam da prática cotidiana, sendo, portanto, necessário conhecê-la, identificando suas características e formas de expressão”; e afirma que “questionar e transformar os conceitos e práticas vigentes na educação requer ainda muita construção teórica” (p. 56).

Para quem está iniciando seu contato com a temática e tem interesse, é uma leitura mais que recomendada.

DISSERTAÇÃO: DELGADO, Ana Cristina Coll. *A Construção de uma Alternativa Curricular na Pré-Escola: A Experiência do NEI Canto da Lagoa.* Dissertação de Mestrado. Florianópolis: 1997.

Fruto de um estudo de caso, o texto relata as formas e desdobramentos do envolvimento da comunidade que rodeia a escola, representada pelas famílias das crianças que freqüentam o Núcleo de Educação Infantil do Canto da Lagoa, na elaboração e prática da sua proposta pedagógica.

“O Projeto Político-Pedagógico, na concepção do grupo garantiria um envolvimento de todas as profissionais, daria uma linha de trabalho para o NEI, bem como maior autonomia do corpo docente em relação aos programas curriculares prontos e um caráter de organização coletiva oposta às decisões isoladas que são tomadas nas salas de aula” (p.134). A autora oferece um retrato histórico do bairro e analisa as atuais alterações do processo de urbanização da região com as mudanças no perfil do público que freqüenta o NEI.

ARTIGO: SILVA, Zilá Aparecida Peigo de Moura (org). *Reformulação da Pré-Escola: a Construção de um Projeto Pedagógico.* Didática, São Paulo, 31: 89-96, 1996

Este artigo apresenta os primeiros estudos numa investigação sobre as reais condições de trabalho pedagógico em classes de pré-escola do município de Macatuba – SP; sintetizando os pontos fundamentais para que se inicie o processo sistemático de construção de um Projeto Pedagógico para esta mesma pré-escola.

ARTIGOS: ALMEIDA, Ana Bela Alves. O Projecto Educativo. *Cadernos de Educação e Infância* nº 47/98

Neste artigo a autora apresenta a defesa da idéia de oportunidade de reflexão acerca do Projeto Educativo, como verdadeiro instrumento de autonomia e de gestão. Ressalta também a necessidade de articulação do debate da escola de educação infantil com as demais escolas: “de fato é fundamental encarar o futuro dos jardins de infância como unidades educativas integradas em espaços cada vez mais alargados”.

Destaca que seu estudo permitiu verificar que a construção do Projeto Educativo arrasta consigo dois pressupostos fundamentais: a autonomia e a participação.

LEGISLAÇÃO: Orientações ao nível Nacional, Estadual e Municipal, para a elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos para a escola de educação básica, média e superior.

LDB 9394/96– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Darcy Ribeiro Resolução 017/99 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina. Estabelece diretrizes para a elaboração do projeto político-pedagógico das Escolas de Educação Básica e Profissional, integrantes do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.

Diretrizes do Conselho Nacional de Educação para a Educação Infantil. Diretrizes Operacionais do Conselho Nacional de Educação para a Educação Infantil